



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Regulamenta a co-gestão e participação dos empregados nos lucros das empresas onde trabalham, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição.

DESPACHO: ANEXE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.013, de 1988.

AO ARQUIVO _____ em 15 de junho _____ de 1989

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO Nº 2.624 DE 1989

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19____

Sancionado em _____ de _____ de 19____

Promulgado em _____ de _____ de 19____

Vetado em _____ de _____ de 19____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.624, DE 1989

(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)



Regulamenta a co-gestão e participação dos empregados nos lucros das empresas onde trabalham, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição.

(ANEXE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.013, DE 1988)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexe-se ao Projeto de Lei 1013 / 88

Em 07 / 06 / 89.

Harif
Presidente

PROJETO DE LEI

2.624

Do Sr. José Carlos Coutinho

Regulamenta a co-gestão e participação dos empregados nos lucros das empresas onde trabalham, nos termos do Art. 7º, Inciso XI, da Constituição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os empregados participarão dos lucros ou resultados apurados em Balanço pelas empresas onde trabalhem;

§ 1 - Essa participação será calculada independente do salário ou quaisquer vantagens adicionais, horas extras, gratificações ou qualquer outro título porventura atribuídos a serviços especiais.

§ 2 - O disposto nesta lei não se aplicará a sociedades sem fins lucrativos, bem como a sociedades religiosas, filantrópicas, assistenciais, recreativas ou de caráter eminentemente social.

Art. 2º - Os empregados nomearão representante para o fim especial de referendar o Balanço que caracterize a apuração do resultado semestral das empresas.

Art. 3º - Sobre o lucro apurado, serão distribuídos porcentagens proporcionais ao número de empregados, na seguinte proporção:

até 100 empregados.....	5%
até 200 empregados.....	10%
até 200 a 500 empregados.....	15%
acima de 500.....	20%

Art. 4º - Cabe ao Poder Executivo regulamentar esta Lei para vigorar a partir de 90 dias da sua publicação, fixando parametros de produtividade



e critérios seletivos de distribuição de lucros, premiando-se trabalhadores vinculados com maior tempo de serviço e assiduidade.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

É bem claro o Parágrafo XI do Artigo 7º da Constituição:

"- participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em Lei", objetivando este Projeto de Lei fazer cumprir aspirações sociais dos trabalhadores brasileiros que as Constituições de 1946 e 1967 determinaram e não foram cumpridas, por descaso de legisladores e governos insensíveis a princípios rudimentares de justiça aos trabalhadores, verdadeiros construtores das riquezas de uns poucos em detrimento da fabulosa maioria que apenas desfruta a miséria do dia a dia de uma moeda aviltada que mal alimenta sua sobrevivência.

A Constituição que tem tanto esforço e carinho escrevemos, será mero enfeite e rôta bandeira se não conseguirmos fazer valer princípios de justiça como o que a Lei que propomos não se concretizar, eis que nações que gozam o título de Primeiro Mundo, para não dizer primeira grandeza, já adotaram com positivo resultado a adoção de medida que preconizamos e cujo exemplo devemos considerar.

Trata-se de avanço social significativo, distribuição de riqueza que vai resolver desníveis chocantes entre patrões e empregados, afastando movimentos grevistas e oferecendo alternativas de conciliação de interesses.

A tabela de referências que oferecemos procura dimensionar as empresas pelo número de seus empregados, fixando um mínimo e um máximo a ser



CÂMARA DOS DEPUTADOS



cotejado com eventuais propostas em curso no Congresso e deve ser encarada como complementação ou algo mais que o salário vól que a moeda corrói .

Sala de Sessões

1 de junho de 1989.

Jose Carlos Coutinho

This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

DOCUMENTOS ANEXADOS: _____
